

**RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.432 - SP
(2020/0047457-4)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
REQUERENTE : RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL (PRESO)
ADVOGADOS : JOÃO ARNAR RIBEIRO - MS003321
NELI BERNARDO DE SOUZA - MS011320
LEONARDO ALCANTARA RIBEIRO - SP306052
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls.510-517, que indeferiu o pedido liminar em *habeas corpus*.

Em síntese, o requerente afirma ser portador de doença respiratória, o que lhe coloca em posição de vulnerabilidade ante a pandemia de corona vírus. Aponta que *é médico concursado do município de Dourados/MS e atua em urgência e emergência, o que com mais razão impõe a substituição da prisão por cautelar diversa, que permita ao paciente trabalhar no intuito de atender a população no grave momento de pandemia* (fl. 684).

Demonstra já estar encerrada a instrução processual, encartando aos autos cópia da audiência de instrução e julgamento, realizada no dia 28/2/2020 (fls. 687-690).

Requer, assim, a reconsideração da decisão que indeferiu o pedido de liminar, para que seja concedido ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento da ação penal, com a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

DECIDO.

A liminar foi indeferida nos seguintes termos (fls. 514-517):

No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

No mais, a concessão de liminar em habeas corpus é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que decretou a prisão preventiva assim dispôs (fls. 315/316):

O periculum libertatis ampara-se no fato de que RENATO, mesmo depois de exonerado do cargo de Secretário Municipal de Saúde, continua ocupando cargo em comissão vinculado à Secretaria Municipal de Saúde

de Dourados, qual seja, Coordenador do SAMU 192.

Além disso, demonstrou-se que RENATO é pessoa de grande influência na Prefeitura Municipal de Dourados e na FUNSAUD, sendo que, quanto a essa fundação, observou-se que a maioria das decisões administrativas passava pelo seu crivo, apesar da existência de autonomia administrativa entre a FUNSAUD e a Secretaria Municipal de Saúde.

No mais, há indícios de que RENATO e RAFHAEL, após o início das investigações, participaram da venda da empresa MARMIQUENTE para CRÉLIO ESCOBAR, deficiente mental, apenas para dificultar a investigação dos fatos delituosos.

Por fim, em 28.03.2019, RAFHAEL encontrou-se pessoalmente com RONALDO a fim de alinhar possíveis versões sobre os fatos investigados. Logo, está evidente que a decretação da prisão preventiva de RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL e RAFHAEL HENRIQUE TORRACA AUGUSTO é medida que se impõe para a garantia da adequada instrução criminal.

Por sua vez, consta da decisão que indeferiu pedido de revogação (fls 316-318):

[...]

RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL pede a revogação de prisão preventiva decretada em seu desfavor (ID 24563843). O requerente aduz ausência de fumus commissi delicti, ao argumento de que a prisão foi fundamentada na delação premiada de Ronaldo Menezes Gonzales. Pondera ter ocupação lícita, ser primária e possuir residência fixa. Saliencia, ainda, ausência de periculum libertatis Neste ponto, pondera que o decreto prisional fundou-se no exercício de cargo em comissão vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e na suposta influência na Prefeitura, o que não persiste, em razão da exoneração do cargo. Registra, ainda que já foram realizadas buscas em seu endereço, de modo que não persistem os motivos ensejadores da restrição cautelar. O pedido é instruído com documentos. Por sua vez, RAPHAEL HENRIQUE TORRACA AUGUSTO pede a revogação de prisão preventiva decretada em seu desfavor (ID 24602209) por entender que meros indícios de que teria participado da venda da empresa MARMIQUENTE não poderiam ensejar a restrição de sua liberdade. Defende inexistir indícios de que tenha procurado destruir provas ou tentado atrapalhar a instrução. Pontua que já foram realizadas buscas nos locais que interessavam às investigações e que já foi exonerado do cargo que ocupava na Secretaria de Saúde. Sublinha a inexistência de perigo atual ou futuro, já que os acontecimentos 'caso tenham ocorrido, passaram-se no passado distante'. Destaca possuir residência fixa e ter bons antecedentes. O pedido é instruído com documento. Instado, o Ministério Público Federal pugna pela manutenção da prisão preventiva de ambos (ID 24737558). Historiados, decide-se a questão posta. PEDIDO DE RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL Diversamente do que assevera o Ministério Público Federal, em relação a RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL há fato novo, consubstanciado na exoneração do cargo em comissão ocupado no âmbito

da Prefeitura Municipal de Dourados. Contudo, tal circunstância não é suficiente para afastar os fundamentos que justificaram a medida ora combatida. Isso porque a decisão explicita indícios de existência de organização criminosa, da qual RENATO seria um dos líderes; um dos proprietários de fato da empresa MARMIQUENTE e um dos destinatários dos recursos públicos desviados da FUNSAUD. Como explana o MPF, os depoimentos colhidos durante as investigações denotam indícios de que 'RENATO é pessoa de grande influência na Prefeitura Municipal de Saúde de Dourados e na FUNSAUD, sendo que, quanto a essa fundação, a maioria das decisões administrativas passam pelo crivo de RENATO, apesar da existência de autonomia administrativa entre a FUNSAUD'. Impende registrar que o poder de influência não está atrelado de forma inexorável ao exercício de cargo público, de forma que a sua exoneração, em si e por si só, não tem o condão de dissipá-lo ou impedi-lo. A RENATO se atribui a suposta liderança de organização criminosa, cujos componentes e extensão ainda não são precisos ou conhecidos. Como se sabe, conexões políticas vão além de aspectos formais, não sendo possível deduzir a não influência de RENATO apenas por não mais exercer o aludido cargo em comissão. Ademais, na esteira da manifestação ministerial, há registros de possíveis ameaças feitas por RENATO a Marcos Paulo Gabiatti de Souza e Américo Monteiro Salgado Júnior, em razão de fatos envolvendo a MARMIQUENTE. Os trechos dos depoimentos estão destacados nas folhas 4 e 5 da manifestação do MPF. Por fim, o *fumus commissi delicti* não se ampara apenas na delação de RONALDO, que corrobora os indícios decorrentes das análises dos processos Hcitatórios mencionados na decisão. Nesse cenário, os motivos que determinaram a prisão permanecem hígidos e atuais (ID 23027566), com fulcro na existência de organização criminosa e no fato de que a liberdade do preso pode resultar em risco à persecução criminal, seja na fase investigativa ou processual penal propriamente dita, pelo que **MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DE RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL. RAPHAEL**

Como se vê, consta das decisões acima colacionadas fundamentação que, neste juízo inicial, deve ser considerada idônea, qual seja, a indicação de que o recorrente seria líder de organização criminosa envolvida com crimes em procedimentos licitatórios na localidade, ameaças dirigidas a pessoas relacionadas aos fatos delituosos, poder de influência na área da saúde municipal, bem como para conveniência da produção de provas, uma vez que se apontou haver indício de venda de empresa com o intuito de dificultar a investigação dos fatos.

Consigne-se que esta Corte tem entendido pela existência de fundamentos concretos quando a prisão se deu em razão das tentativas de coação de investigadores e investigados, bem como destruição de provas. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. FURTO MEDIANTE FRAUDE. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO

IDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. ESTRUTURADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CORRUPÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. DESTRUIÇÃO DE PROVAS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...] V - Ademais, o decreto prisional também encontra-se devidamente fundamentado para a conveniência da instrução criminal, com base em elementos concretos extraídos dos autos, uma vez que há indícios de que "os membros da associação vêm tentando dificultar as investigações, com possibilidade de estarem ocultando e/ou destruindo provas".

[...] Habeas corpus não conhecido.

(HC 474.661/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. SÚMULA 115/STJ. CRIMES DE COAÇÃO E DE CORRUPÇÃO ATIVA DE TESTEMUNHAS. PRISÃO PREVENTIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA A CORRÉU OCORRIDA NO CURSO DO PROCESSO.

MOTIVAÇÃO IDÔNEA. INEVIDENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Tem-se por inexistente o recurso assinado por advogado sem procuração nem substabelecimento nos autos (Súmula 115/STJ).
2. A prisão preventiva é cabível, mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.
3. No caso, inexistente constrangimento ilegal capaz de ser reparado por meio de habeas corpus de ofício. Embora a ação penal tenha sido instaurada justamente para apurar a prática dos delitos de coação e corrupção ativa de testemunha - ante a postura intimidatória tomada em relação à vítima e às testemunhas em outro processo (no qual se apura a prática do crime de estupro contra menor) -, verifica-se que a custódia cautelar se fundou em fato diverso dos que foram objeto da denúncia, qual seja, a posterior intimidação e pressão sobre o corréu, já no curso da ação penal, o que é suficiente para demonstrar a necessidade da medida extrema, por conveniência da instrução criminal.
4. Recurso em habeas corpus não conhecido.

(RHC 44.455/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 11/11/2014)

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo

de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Além disso, cumpre observar que há divergência nesta Sexta Turma sobre a constatação da existência ou não de contemporaneidade dos fundamentos indicados para determinar a custódia cautelar.

Apesar do cargo de secretário de saúde não ser mais ocupado pelo recorrente desde o fim do ano de 2018, permaneceu durante o ano de 2019 sua ligação com a área da saúde do município, no cargo de Coordenador do SAMU, que é vinculado à secretária.

Embora exista pedido em 8/11/2019 de exoneração quanto ao cargo em comissão, que foi deferido, consta dos autos que isso se deu em razão do cumprimento do mandado de prisão em 6/11/2019 (fl. 348).

Assim, é inviável a concessão da liminar no presente caso, sendo que a análise da matéria deve ocorrer de forma mais apurada, por ocasião do julgamento meritório.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do recurso em habeas corpus por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Consta do decreto prisional elementos concretos a evidenciar a necessidade da prisão do recorrente, tendo em vista ser apontado como líder de organização criminosa envolvida em procedimentos licitatórios na localidade, ameaças dirigidas a pessoas relacionadas aos fatos delituosos, poder de influência na área da saúde municipal, bem como para conveniência da produção de provas, uma vez que se apontou haver indício de venda de empresa com o intuito de dificultar a investigação dos fatos.

De fato, esta Corte tem entendido pela existência de fundamentos concretos quando a prisão se deu em razão das tentativas de coação de investigadores e investigados, bem como destruição de provas. Nesse sentido: HC 474.661/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019); RHC 44.455/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 11/11/2014.

Com efeito, a crise mundial do Covid-19 trouxe já uma realidade diferenciada de preocupação com a saúde em nosso país e faz ver como ainda de maior risco o aprisionamento - a concentração excessiva, a dificuldade de higiene e as deficiências de alimentação naturais ao sistemas prisional, acarretam seu enquadramento como pessoas em condição de risco.

O Judiciário brasileiro permanece atuando, mas com redução de

audiências e suspensão dos prazos, assim prolongando a conclusão dos feitos, daí gerando também maior risco pela demora das prisões cautelares.

Nesse momento, configurada a dificuldade de rápida solução ao mérito do processo e o gravíssimo risco à saúde, o balanceamento dos riscos sociais frente ao cidadão acusado merece diferenciada compreensão, para restringir a prisão cautelar. Apenas crimes com violência, praticados por agentes reincidentes ou claramente incapazes de permitir o regular desenvolvimento do processo, poderão justificar o aprisionamento. Crimes eventuais e sem violência, mesmo com justificada motivação legal, não permitem a geração do grave risco à saúde pela prisão.

Esse é o sentido da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, art. 4º:

[...]

CONSIDERANDO a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, da mesma OMS, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN veiculada pela Portaria nº 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020, e o previsto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

[...]

CONSIDERANDO que a manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade é essencial à garantia da saúde coletiva e que um cenário de contaminação em grande escala nos sistemas prisional e socioeducativo produz impactos significativos para a segurança e a saúde pública de toda a população, extrapolando os limites internos dos estabelecimentos;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus particularmente em espaços de confinamento, de modo a reduzir os riscos epidemiológicos de transmissão do vírus e preservar a saúde de agentes públicos, pessoas privadas de liberdade e visitantes, evitando-se contaminações de grande escala que possam sobrecarregar o sistema público de saúde;

CONSIDERANDO o alto índice de transmissibilidade do novo coronavírus e o agravamento significativo do risco de contágio em estabelecimentos prisionais e socioeducativos, tendo em vista fatores como a aglomeração de pessoas, a insalubridade dessas unidades, as dificuldades para garantia da observância dos procedimentos mínimos de higiene e isolamento rápido dos indivíduos sintomáticos, insuficiência de equipes de saúde, entre outros, características inerentes ao “estado de coisas inconstitucional” do sistema penitenciário brasileiro reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347;

[...]

RESOLVE:

[...]

Art. 4º - Recomendar aos **magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal** que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, **considerem as seguintes medidas:**

I – a **reavaliação das prisões provisórias**, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, **priorizando-se:**

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência **ou que se enquadrem no grupo de risco;**

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) **prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;**

Ponderando a situação em exame, verifica-se que é necessária a reconsideração do indeferimento da medida liminar, pois os crimes imputados não foram cometidos mediante violência ou grave ameaça, tratando-se de organização criminosa, fraude a procedimento licitatório e peculato desvio.

Em que pese haver indicação de ameaça a testemunhas, tem-se que a instrução já foi encerrada, portanto a liberdade do recorrente não põe em risco a produção probatória.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 510-517, e defiro a liminar para a soltura do paciente RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL, o que não impede a aplicação de medida cautelar diversa, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator